

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1608052 - RS (2016/0159335-6)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**

**AGRAVANTE : GILBERTO DE OLIVEIRA FERREIRA**

**ADVOGADOS : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(S) -**  
DF005939

**GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA E OUTRO(S)**  
- RS023021

**THIAGO CECCHINI BRUNETTO - RS051519**

**ANDRÉA BUENO MAGNANI MARIN DOS SANTOS**  
- DF018136

**MAURO DE AZEVEDO MENEZES - DF019241**

**GUILHERME BOFILL VASCONCELLOS PEREIRA -**  
RS099846

**AGRAVADO : UNIÃO**

## EMENTA

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489, § 1º, E 1.022, II, DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PAGAMENTOS ADMINISTRATIVOS. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AFERIÇÃO DO *QUANTUM DEBEATUR*. ALEGADO EXCESSO DE EXECUÇÃO. PRECLUSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA.**

**1.** Inexiste afronta aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

**2.** Quanto à preclusão, constitui matéria de ordem pública a adequação do valor executado, para se extirpar o excesso. Ressalte-se que, em se tratando de matéria de ordem pública, pode ser alegada na instância ordinária a qualquer tempo, podendo inclusive ser conhecida de ofício. Precedentes: AgInt nos EDcl no AgRg no AREsp 640.804/RS, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 28/2/2019 e AgInt no REsp 1.617.906/MG, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 21/5/2019.

**3.** Agravo interno não provido.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves  
Relator

